



Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: re(in)flexões sobre o trabalho com as famílias

Children's Shelters: reflections on working with families

*Acogimiento Institucional de Niños y Adolescentes:
reflexiones sobre el trabajo con las familias*

*L'Abri Institutionnelle pour Enfants et Adolescents:
réflexions sur le travail avec les familles*

Nicole Costa Faria¹ e Lara Brum de Calais²

¹ Graduada em Psicologia e especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

 <http://orcid.org/0000-0002-5670-2787> E-mail: nicolecostafaria@gmail.com

² Psicóloga pelo Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, MG, Brasil e doutora e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-3703-1145> E-mail: laracalais@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo problematizar algumas nuances envolvidas no trabalho da Psicologia com famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Ampara-se, portanto, em estudos sobre a constituição da pobreza e dos modos de subjetivação atrelados a esse processo, além das articulações teóricas com o contexto de implementação da Política Nacional de Assistência Social. Contudo, para além de um caminho teórico já amplamente discutido, lançou-se mão de uma aposta ético-política de reflexão crítica e implicada sobre cenas cotidianas vivenciadas pelas/os profissionais. A partir de uma inspiração cartográfica, foram elencados recortes de cenas do trabalho de uma das autoras como psicóloga de um Serviço de Acolhimento Institucional em uma cidade de Minas Gerais, que abriram espaço para a discussão de três principais pontos: a) a temporalidade como característica fundamental do trabalho no acolhimento institucional; b) a ruptura dos laços familiares agenciada pelo acolhimento institucional; c) os atravessamentos racistas e sexistas institucionalizados nas práticas com as famílias. Resultam-se do artigo argumentações que intentam uma condução dialética das análises sobre os processos de trabalho, com ênfase na construção de uma práxis psicológica que enseje rupturas com modelos normatizadores, silenciadores, opressores, racistas e sexistas de atuação.

Palavras-Chave: Assistência Social; Psicologia; Acolhimento Institucional; Pobreza; Família.

Abstract

This article aims to problematize some issues involved in the work of Psychology with families of children, adolescents and young people in children's shelters. It's supported by studies on the constitution of poverty and the modes of subjectivation linked to this process, in addition to theoretical articulations with the context of implementation of the National Social Assistance Policy. Seeking to go beyond a theoretical path already widely discussed, the authors present an ethical-political bet of critical and implied reflection on everyday scenes experienced by professionals. From a cartographic inspiration, clippings of scenes from the work of one of the authors as a psychologist of an Institutional Shelter Service for Children and Adolescents in a city of Minas Gerais state were listed, which opened space for the discussion of three main points) temporality as a characteristic fundamental aspect of work in institutional care; b) the rupture of family ties agent by institutional reception; c) racist and sexist conceptions institutionalized in the practices with families. The result of this article are arguments that attempt a dialectical conduction of analyzes on work processes, with emphasis on the construction of a psychological praxis that leads to ruptures with normalizing, silencing, oppressive, racist and sexist models of working.

Keywords: Social Assistance; Psychology; Children's shelters; Poverty; Family.

Resumen

Nuestro objetivo es problematizar el trabajo de la Psicología con las familias de niños, adolescentes y jóvenes en acogimiento institucional. Se apoya en estudios sobre la constitución de la pobreza y los modos de subjetivación vinculados a ese proceso, además de articulaciones teóricas con el contexto de implementación de la Política Nacional de Asistencia Social. Para ir más allá de un camino teórico ya ampliamente discutido, presentamos una apuesta ético-política de reflexión crítica e implícita sobre escenarios cotidianos vividos por los profesionales. A partir de una inspiración cartográfica, fueron catalogados recortes de escenas del trabajo de una de las autoras como psicóloga en un Servicio de Albergue Institucional para Niños y Adolescentes en una ciudad del estado de Minas Gerais, lo que abrió espacio para la discusión de tres puntos principales : a) la temporalidad como característica fundamental del trabajo en el cuidado institucional; b) la ruptura de lazos familiares que es atendida por los profesionales de la atención institucional; c) concepciones racistas y sexistas institucionalizadas en las prácticas con las familias. El resultado de este artículo son argumentos que intentan una conducción dialéctica de los análisis sobre los procesos de trabajo, con énfasis en la construcción de una praxis psicológica que lleve a la ruptura con los modelos de acción normalizadores, silenciadores, opresores, racistas y sexistas.

Palabras clave: Asistencia social; Psicología; Serviços de acogida; Pobreza; Familia.

Resumé

Notre objectif est de problématiser le travail de la psychologie auprès des familles d'enfants, d'adolescents et de jeunes placés en institution. Elle s'appuie sur des études sur la constitution de la pauvreté et les modes de subjectivation liés à ce processus, ainsi que sur des articulations théoriques avec le contexte de mise en œuvre de la politique nationale d'assistance sociale. Afin d'aller plus loin sur le plan théorique, nous présentons un défi éthico-politique de réflexion critique et implicite sur des scénarios quotidiens vécus par des professionnels. Sur la base d'une inspiration cartographique, des scènes du travail de l'un des auteurs en tant que psychologue dans un service d'accueil institutionnel pour enfants et adolescents dans une ville de l'État de Minas Gerais ont été cataloguées, ce qui a ouvert un espace pour la discussion de trois points principaux : a) la temporalité comme caractéristique fondamentale du travail dans l'accueil institutionnel ; b) la rupture des liens familiaux à laquelle assistent les professionnels de l'accueil institutionnel ; c) les conceptions racistes et sexistes institutionnalisées dans les pratiques avec les familles. Les résultats sont des arguments qui tentent une conduction dialectique de l'analyse des processus de travail, en mettant l'accent sur la construction d'une praxis psychologique qui conduit à la rupture avec les modèles d'action normalisateurs, silencieux, oppressifs, racistes et sexistes.

Mots-Clés: Assistance sociale; Psychologie; L'abri institutionnelle; La pauvreté; Famille.

Introdução

A inserção das psicólogas e dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social (Suas) tem sido tema de debates, pesquisas e preocupações por parte de muitos pesquisadores e profissionais. De maneira geral, as produções da área apontam a fragilidade da formação em Psicologia para a atuação nas políticas públicas, especialmente nas políticas de assistência social, e para a reprodução de aportes teóricos e técnico-operativos provenientes da Psicologia Clínica, descontextualizados em relação ao público atendido e aos problemas apresentados no cotidiano de trabalho do Suas (Cordeiro & Curado, 2018).

A negligência sustentada por anos em cursos de formação em Psicologia no tocante às políticas públicas, caudatário de uma Psicologia ainda elitizada, tem um custo alto para o trabalho na linha de frente da assistência social no Brasil. Tal custo se reflete no cotidiano de trabalho de profissionais que se dedicam às políticas de assistência social e encontram-se, por vezes, perdidos em meio aos caminhos teóricos, técnicos e metodológicos que sustentam as ações destinadas à proteção social no Brasil. Embora este ainda seja o quadro geral, estão em curso esforços tanto no âmbito da formação em Psicologia – com a transformação de currículos que buscam atualizar as perspectivas teórico-práticas sobre o trabalho na assistência social – quanto nas produções acadêmicas do campo da Psicologia, especialmente no âmbito da pesquisa e pós-graduação, que caminham no sentido de produzir conhecimento situado sobre a realidade de psicólogas e psicólogos no Suas (Ribeiro & Guzzo, 2014).

Somando esforços na construção de um corpo teórico que dê subsídios para uma prática contextualizada e reflexiva, o presente artigo objetiva discutir o trabalho no âmbito do Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, sinalizando especialmente, para algumas determinações que incidem sobre a relação entre a instituição e as famílias atendidas. As reflexões aqui compartilhadas surgiram a partir de dois contextos: da atuação de uma das autoras como psicóloga em um Serviço de Acolhimento Institucional em um município de Minas Gerais, e da atuação da segunda autora como docente e supervisora clínico-institucional na área de assistência social.

Para tanto, as argumentações que amparam o presente artigo seguirão uma organização metodológica que se preocupa com a ilustração do cotidiano de trabalho como forma de acionar debates sobre a materialidade da vida e, mais especificamente, do trabalho com famílias no âmbito da proteção social especial de alta complexidade. Neste sentido, a metodologia de escrita do artigo envolve recortes de reflexões advindas do diário de campo de uma das profissionais, mediante sua experiência no cotidiano do trabalho no Acolhimento Institucional. Através dos relatos, pretende-se evidenciar as nuances dos processos de trabalho no Serviço de Acolhimento Institucional, especialmente sobre relações de proteção junto às famílias que, historicamente, tem suas vidas atravessadas por violações de direitos.

1. Atuação no SUAS: entre questões estruturais e sujeitos singulares

A configuração do Suas se dá em meio a um campo histórico e político complexo, vinculado à concepção da assistência social no Brasil. Neste sentido, pensar a prática profissional da Psicologia no âmbito da hoje instaurada Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004) envolve considerar os percursos históricos de composição da assistência como elemento cultural no país, assim como sua articulação enquanto política pública e social. Com caminhos complexos, permeados por disputas entre uma certa intenção de controle sobre as vidas (Foucault, 2010) a partir da gestão da pobreza – especialmente marcadas por modos higienistas e racistas de constituição da sociedade – e a garantia de sobrevivência das populações historicamente marginalizadas em relação à garantia de direitos, o delineamento de uma política de assistência social começa a ser organizado como alternativa aos modelos assistencialistas anteriores (Gómez-Ordoñez, 2013).

Assim, a assistência social ganha contornos mais expressos de direito no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Desde então, foram instituídos marcos legais e normativos que buscam garantir a efetivação deste direito, em destaque a Lei nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída pela resolução nº 145 de 2004, e a Lei 12.435 de 2011, que dispõe sobre a organização da assistência social (Brasil, 1993; Brasil, 2011; MDS, 2004). Sua conquista enquanto direito constitucional é fruto das reivindicações da população e de movimentos sociais no processo de redemocratização do país (Monte & Forte, 2020) que se posicionaram na luta pela garantia de direitos que não estivessem articulados a uma concepção meritocrática e mantenedora de lógicas de subalternização das populações (Sawaia, 2014).

O Suas emerge então como um projeto de unificação e regulamentação das ações de proteção social da população, historicamente marcadas por uma perspectiva assistencialista e caritativa. Contudo, conforme destaca o documento “Orientações Técnicas para atuação da(o) psicóloga(o) no Suas” (CRP, 2020), há ainda uma fragilidade significativa na manutenção das ações de proteção e garantia de direitos à população, especialmente no que se refere à função do Estado no exercício dessa garantia e no financiamento dos serviços ofertados. Nesse sentido, para as psicólogas e os psicólogos é importante compreender a determinação estrutural das demandas sociais que levam à constituição das políticas públicas. Esta compreensão pode precaver os profissionais de alguns engodos típicos da profissão, tal como a culpabilização pela condição de pobreza das famílias ou a concepção de que as famílias não “mudam de vida” por uma suposta falta de motivação.

A amplamente debatida organização do Suas prevê a distribuição dos serviços em dois níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. À Proteção Social Básica cabe a prevenção das situações de vulnerabilidade e de risco social das famílias; enquanto à Proteção Social Especial cabe a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários. O foco neste nível de proteção, são sujeitos e famílias com direitos violados e que se encontram em situação de risco, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos (Ferro, Bittencourt & Silva, 2018).

Contudo, essa organização é cotidianamente fragilizada pelos processos de precarização das políticas públicas no Brasil, amparados pelas lógicas de subfinanciamento e entraves na gestão

de recursos (Saldiva & Veras, 2018), além da dimensão de precariedade que sustenta formas de violação histórica dos direitos, produzindo ausência de condições de manutenção do que Judith Butler (2015) chama de “vidas vivíveis”. Diante da complexidade imposta pela dinâmica de precariedade/precarização, o SUAS – assim como o SUS e as redes de políticas públicas – sofrem com desmontes¹ orquestrados em diferentes níveis nos últimos anos (especialmente a partir de 2016), apontando relações dialéticas entre montagem e desmontagem, proteção e desproteção social (Marques, Roberto, Gonçalves & Bernardes, 2019), as quais sinalizam para processos que asfixiam a execução das políticas e o exercício mínimo da garantia de direitos das populações em situação de vulnerabilidade.

É nesse contexto que os Serviços de Acolhimento Institucional estão inseridos como parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, os quais se destinam a famílias e/ou sujeitos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, com o intuito de oferecer proteção integral aos mesmos. No caso específico dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, trata-se do acolhimento temporário de crianças e adolescentes que estejam afastados do convívio familiar sob medida protetiva, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (MDS, 2009). As medidas protetivas previstas pelo ECA (Brasil, 1990), após o acréscimo advindo da Lei 12.010 de 2009, constituem nove modalidades de medidas que podem ser aplicadas quando houver ameaça ou efetiva violação dos direitos garantidos pelo próprio Estatuto (Brasil, 2009). Dentre as nove possibilidades dispostas no Capítulo II, artigo 101, encontra-se o inciso VII, acolhimento institucional. Este mesmo artigo comporta um parágrafo único, onde consta que: “o acolhimento institucional [...] é medida provisória e excepcional [...]”, prerrogativa ratificada por outras normativas, como o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (CNAS & CONANDA, 2009). Apesar da insistência no caráter excepcional desta medida, observa-se que ela se caracteriza, em muitos casos, como a primeira e única medida tomada dentre as possibilidades apresentadas pelo ECA.

No trabalho com a Assistência Social, as(os) profissionais estão envolvidos, então, com as precariedades de vínculos e violações de direitos advindas da própria condição de pobreza fabricada pelos modos capitalistas neoliberais de produção objetiva e subjetiva da vida (Pavón-Cuellar, 2017). Neste sentido, a pobreza, enquanto fenômeno diverso, localiza-se centralmente nos debates acerca da proteção social, tendo sido compreendida em distintas vias, desde a ideia de um fenômeno natural, inerente a todas as sociedades, até como um problema moral e individual.

Suas expressões, por sua vez, aparecem estruturalmente articuladas à raça e ao gênero e outros atravessadores que, em uma dimensão interseccional, produzem distintas formas de hierarquização das diferenças (Vigoya, 2016). A este respeito, autores latinoamericanos, como Lélia Gonzalez (1984), Aníbal Quijano (2005) e Maria Lugones (2008), têm argumentado como a constituição do capitalismo produziu ao mesmo tempo hierarquias raciais e de gênero, ambas sustentadas por um violento processo, material e simbólico, de desumanização da população negra e das mulheres, caudatários da Modernidade, de sua concepção universal de homem e do novo arranjo mundial que se organizou após a colonização da América. Essa estratificação social a partir de critérios raciais e de gênero aparece com intensidade nas políticas de assistência, cujo público hegemônico é composto por mulheres negras (Costa, 2017; Antonio Jr., 2020; Carretero, 2021). Esse debate, portanto, é central para a política de Assistência Social no Brasil, sobretudo para que se possa repensar modelos cristalizados sobre as concepções de mulher e de família.

No que diz respeito às argumentações que aqui queremos tecer, o ponto é que o saber/fazer psicológico aparece nesse entremeio do avanço de um projeto capitalista neoliberal como campo estratégico para uma pauta individualizante e colonizadora sobre o sujeito e suas condições de gestão sobre a vida. Emergente em um cenário de hegemonia capitalista, a Psicologia segue, em certa medida, a cartilha normalizadora e classificadora nos campos aos quais se vincula, não se distanciando de tais características em sua entrada na área da assistência social (Alvez & Delmondez, 2015).

Na entoada dessa cartilha, operaram-se práticas psicológicas institucionalizadas que tinham como efeitos a leitura meritocrática sobre as vidas, a culpabilização de famílias – sobretudo de mulheres – a hierarquização de necessidades, a reverberação de modelos branco-centrados, entre outras. A hierarquização econômica e material a que estão submetidas as famílias com as quais trabalhamos entrelaça-se, portanto, à hierarquização simbólica e subjetiva que também incide sobre as mesmas. Diante das desigualdades, essas famílias pauperizadas, com as quais trabalhamos, frequentemente são desqualificadas (Yazbek, 2001) o que, efetivamente, se constitui como uma armadilha para prática profissional, que pode naturalizar e reproduzir em distintos sentidos essa inferiorização.

Considerando essa contextualização, aqui se põem alguns questionamentos para o trabalho com as famílias no âmbito do Acolhimento Institucional: até que ponto essa composição narrativa sobre as famílias atravessa nosso fazer? As famílias pobres e, em sua maioria, pretas, são vistas a partir da comparação ao padrão de família branco-centrada de classe média naturalizada pela ideologia dominante? O fato de se observar cotidianamente crianças e adolescentes pobres e pretos em cenas e experiências “de rua” não conforma uma percepção subjacente sobre a (in)competência dessas famílias?

Tais condições de exclusão desdobram-se em olhares, linguagens e práticas profissionais diárias que ocasionam formas de trabalho amparadas na concepção de que tais famílias – especialmente, as mulheres e mães – não “merecem” seus filhos, ou, por outro lado, são inseridas em uma narrativa de “culpabilização” constante sobre as condições de vulnerabilidade, violências e pobreza vivenciadas. Em suma, com este preâmbulo gostaríamos de colocar tantos alertas quanto forem possíveis na armadilha da psicologização da pobreza – em grande parte produzida pelo próprio histórico da formação em Psicologia anteriormente ressaltado – emboscada na qual muitas psicólogas e muitos psicólogos são capturados, conforme sinalizado por Costa (2020).

2. Os Caminhos Metodológicos

Considerando as forças que atravessam e complexificam os cenários da Proteção Social Especial no Brasil, já apresentados anteriormente, acompanhar os processos pelos quais tais atravessamentos se dão e constituem nossas formas de trabalho torna-se valioso. Tal relação impele a um exercício dialético caro às/aos profissionais das políticas públicas que, diante da

cotidianidade da atuação técnica, tem seus tempos de reflexão crítica sobre a prática, muitas vezes, consumidos pela lógica de acumulação de tarefas perpetrada pelo sistema ao qual estão submetidas. Nesse sentido, a produção metodológica da escrita deste artigo inspirou-se em perspectivas que se atentam para as relações e movimentos que acontecem no cotidiano das instituições (Batista, Bernardes & Menegon, 2014; Tedesco, Sade & Caliman, 2013). O foco passa a estar, então, voltado justamente para os processos de trabalho que se desdobram em práticas e intervenções sobre vidas e corpos que se encontram com a política de Proteção Social de Alta Complexidade. Aponta-se, portanto, para uma desnaturalização das situações e demandas envolvidas nos processos de trabalho, neste caso, especificamente no cotidiano dos Acolhimentos Institucionais e mais amplamente da rede socioassistencial.

Imersas nesse processo, tanto como profissional/técnica do Serviço de Acolhimento Institucional, quanto como supervisora clínico-institucional, as autoras se colocaram como observadoras atentas e participativas de suas relações com o campo de trabalho, apostando que ao se debater as práticas, olhares, expectativas e frustrações enquanto participantes desse cotidiano, é possível fazer eco com outras(os) profissionais que inquietam-se com seus fazeres na complexa teia de acontecimentos que se (des)montam na assistência social.

Elencamos para o debate neste artigo três recortes de cenas do cotidiano (Batista, Bernardes & Menegon, 2014) narradas a partir da vivência pessoal de uma das autoras. Enquanto um relato de experiência, não se centraliza a preocupação sobre a narrativa literal ou descritiva das cenas, uma vez que a intenção é justamente inflexionar debates sobre as práticas da Psicologia. As cenas servirão como material ilustrativo para problematizações sobre: a) a temporalidade como característica fundamental do trabalho no Acolhimento Institucional; b) a ruptura dos laços familiares agenciada pelo Acolhimento Institucional; e c) os atravessamentos racistas e sexistas institucionalizados nas práticas com as famílias. Com isso, espera-se abrir espaços para o exercício dialético de pensar as construções teóricas como base para a reflexão crítica sobre o cotidiano do trabalho, assim como buscar reflexões que produzam outros horizontes, duvidando dos roteiros hegemônicos historicamente instalados.

3. O Trabalho com as Famílias: reflexões sobre o tempo, ruptura e relações possíveis

Vivenciar um contexto de trabalho, especialmente no âmbito da proteção social especial e na relação com crianças, adolescentes e suas famílias, exige uma necessária análise do emaranhado de atravessamentos que engendram formas de vida e de trabalho. Exige também, um posicionamento atento à composição coletiva de forças que habitam o universo relacional e institucional vivenciado, suspeitando e escapando de formas individualizantes e culpabilizantes de compreensão dos sujeitos e seus modos de vida.

Sendo assim, os recortes de cenas abaixo relatadas compõem um território existencial formado por olhares múltiplos e heterogêneos, numa teia que envolve profissionais, famílias,

instituições, territórios, políticas públicas, entre outros elementos que configuram um campo de intensos debates (Silva, 2018). Nessa teia, presentificam-se também elementos afetivos, relações de poder, hierarquias históricas, heranças assistencialistas e caritativas e marcadores sociais que se desdobram em atos cotidianos de afirmação da desigualdade. É necessário destacar, portanto, que em todas as cenas aqui apresentadas, assim como no dia a dia de nosso trabalho, as relações de classe, raça, gênero, geração, território, sexualidade, entre outras, movimentam mecanismos que fazem da diferença, dispositivos de opressão e manutenção de lógicas de assujeitamento (Vigoya, 2016; Zamboni, 2014).

Trazer para o debate algumas das tantas cenas que preenchem o cotidiano de profissionais da assistência social, com foco especialmente nas Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, parece uma possível forma de colocar em perceptiva nossas práticas, lentes e estratégias traçadas para lidar com o cotidiano das demandas do serviço. Assim, as cenas apresentam-se como um relato atravessado por afetações ético-políticas, por relações históricas e por expectativas e preocupações por parte de quem as relata.

Os recortes de cenas consideram encontros oportunizados pelo atendimento de mulheres que compõem a rede familiar de crianças e adolescentes atendidos pelo Acolhimento Institucional e intentam retratar algumas das reflexões promovidas em ato, na relação psicóloga-familiares dos adolescentes. Reflexões, portanto, de uma ética sobre a condição de oferta de proteção social, diante das complexidades que compõem as vidas atendidas. Destaca-se que as descrições sobre as características físicas cumprem o papel de demarcar que público do acolhimento institucional na cidade em questão tem um perfil muito bem delineado: com raras exceções, são mulheres e crianças pretas e pobres.

3.1. Cena 1

Uma senhora preta, de 60 anos, baixinha e franzina, avó materna de uma criança de nove anos, acompanhou o comissariado da Vara da Infância e Juventude (VIJ) no acolhimento deste neto. Após chegarem ao acolhimento, a avó passou por um entrevista inicial com a equipe técnica, onde relatou que sua filha (mãe da criança), estava em situação de rua há anos e em uso abusivo de drogas. A avó explicou à equipe que cuidou do neto durante seis meses, mas que não seria possível continuar a cuidar do mesmo naquele momento devido ao seu estado de saúde e às dificuldades financeiras. Ela explicou ainda que a criança tinha dois irmãos mais velhos que foram criados pela avó paterna, A equipe esclareceu que o trabalho inicial após o acolhimento da criança seria buscar sua reinserção familiar e questionou sobre familiares com quem a criança tinha vínculos, todavia, a avó não indicou outros familiares, dizendo que nem ela e nem seu marido tinham vínculos com a criança. Por fim, a senhora afirmou seu desejo em manter contato com o neto, apesar de ter declarado que não possuíam muito vínculo e que não poderia assumir seus cuidados. Assim, se colocou à disposição para receber os contatos da equipe e manter o vínculo afetivo com a criança. No momento da despedida, chorando muito, a avó segurou o rosto da criança, que também chorava bastante, e disse a ela não se preocupasse, pois voltaria para

buscá-lo. A partir desta fala da avó na cena de despedida, a equipe compreendeu que seria possível realizar um trabalho de fortalecimento de vínculos que poderia culminar ou na identificação de outros familiares que pudessem assumir a guarda da criança ou na abertura da avó para reassumir os cuidados do neto. Nos dias que se seguiram, no entanto, a equipe teve muitas dificuldades de realizar contato com a senhora, pois as ligações não eram atendidas ou a avó apresentava respostas muito evasivas diante das falas e propostas da equipe (como falar com o neto ao telefone, visita-lo ou receber a equipe em uma visita domiciliar). Passadas algumas semanas sem conseguir contato com a avó, a equipe realizou uma visita domiciliar no endereço indicado pela mesma, todavia, ela não se encontrava em casa. Seu marido, quem recebeu a equipe com muita resistência e indisponível para conversar com a equipe. A possibilidade de reinserção familiar junto à avó se encerrou quando, três meses após o acolhimento da criança, a mesma afirmou que não tinha vínculo com o neto e solicitou que parássemos de aborrecê-la. Como não foram identificados através da avó ou da criança, tampouco através de contatos com outros dispositivos da rede de proteção, familiares que pudessem assumir a guarda da criança, passou-se a trabalhar pelo encaminhamento da criança para família substituta, o que se deu após onze meses de acolhimento institucional.

3.2. Cena 2

A mãe de um adolescente, mulher preta, de 49 anos, alta e magra, buscou o acolhimento imediatamente após a chegada de seu filho, um adolescente de 15 anos, chorando muito, afirmando repetidamente que não poderia ficar longe do mesmo e que não conseguia dormir sem ele. Disse que na noite anterior não havia nem fechado os olhos, pois estava sentindo falta do filho, uma vez que dormiam juntos todas as noites. O adolescente, que permaneceu bastante cabisbaixo durante os primeiros dias no Acolhimento, também havia relatado, em entrevista inicial, sentir muita falta dos pais e disse que sempre dormia na companhia da mãe. Nas semanas seguintes, contrariando as expectativas da equipe técnica, a mãe não mais compareceu ao acolhimento e também não realizou outros tipos de contato. Tratava-se de um caso de uso e abuso severo de álcool e crack, que impossibilitava a ela e ao pai do adolescente a realização de cuidados mínimos. A mesma recusou as possibilidades de tratamento para o uso abusivo de drogas oferecidas pela equipe, informando que ela já estava reduzindo o consumo de bebida. Ao longo dos meses, a mãe não mais buscou o acolhimento, a não ser uma vez em que compareceu ao local para deixar um dinheiro para o filho. De maneira semelhante, o filho não trouxe mais a necessidade ora relatada de estar com a mãe e, com a continuidade do trabalho pela equipe técnica, observou-se a possibilidade de investir na relação do adolescente com suas irmãs mais velhas, de 19 e 20 anos. O adolescente foi desligado do acolhimento após cinco meses, quando sua irmã mais velha assumiu sua guarda.

3.3. Cena 3

Três irmãos de dois, três e cinco anos foram acolhidos após a mãe buscar a Vara da Infância e Juventude (VIJ) e dizer que não tinha mais condições de cuidar dos filhos. A mãe também fora acolhida durante sua infância, devido aos maus tratos causados pela tia e, por isso, conhecia o acolhimento institucional e tinha uma ideia sobre sua função. Nas primeiras entrevistas, a mãe das crianças apontou a possibilidade de a avó paterna assumir a guarda dos netos. À época, o pai estava preso e com previsão de soltura em breve. Diante do apontamento da mãe, foi realizado contato com a avó paterna das crianças. Na primeira entrevista com a senhora, uma mulher negra, ativa e jovial de 50 anos, a mesma afirmava a possibilidade de assumir a guarda dos netos como uma forma de ajudar a mãe das crianças, mas que ela deveria se comportar melhor (referindo-se ao fato de a mãe passar dias foras de casa e de ser “encrenqueira”, nas palavras da avó) porque se não ela não assumiria a guarda dos netos. A equipe disse a ela que não encarasse a guarda como um alívio ou um favor para a mãe, pois o pai das crianças tinha igual responsabilidade pelos filhos. A senhora afirmou que o pai estava sentindo muito a falta dos filhos e que só não havia visitado as crianças ainda porque sabia que não estavam acontecendo visitas no acolhimento devido à pandemia. Foi explicado à senhora que foram feitas tentativas de falar com o pai através de contatos telefônicos e que foi repassado à família paterna o telefone do serviço de acolhimento. O pai, no entanto, jamais realizou contatos conosco, mesmo após a concessão da liberdade. A equipe manteve um trabalho junto à mãe, a qual, durante o processo, passou a buscar reaver a guarda dos filhos. As crianças retornaram para a guarda da mesma cerca de sete meses após o acolhimento institucional.

3.4. Análises Possíveis

Como recorte para esse artigo – entendendo a dimensão dos tantos caminhos possíveis para debate das cenas descritas – levantaremos, conforme apontado nos passos metodológicos, três frentes de reflexão, envolvendo: a) a relação de temporalidade presente no trabalho no Acolhimento Institucional; b) a relação de agenciamento da ruptura dos laços familiares realizada pela equipe das Unidades de Acolhimento institucional; e c) os atravessamentos racistas e sexistas institucionalizados nas práticas com as famílias.

O foco da cenas 1 e 2 centra-se nos momentos de despedida, onde avó e mãe demonstraram certo desespero em face da situação. Avó e mãe declaram, respectivamente, que retornariam para “buscar” o neto e a impossibilidade de ficar sem o filho. Processualmente, todavia, se observa uma mudança da avó e da mãe acerca da manutenção do vínculo com a criança/adolescente. O objetivo aqui não é nos conduzir a um julgamento moral a respeito. Pelo contrário, trata-se de chamar a atenção para uma dimensão relevante deste trabalho: o tempo, ou a *temporalidade* no acompanhamento das relações existentes e das condutas adotadas (a). A

disponibilidade de acompanhar processualmente essas famílias é importante, pois a posição inicial da família pode nos levar a conclusões e ações precipitadas e/ou a uma imposição de caminhos para os sujeitos envolvidos.

A vida das famílias – nos casos em questão, das mães e avós – e as práticas profissionais, estão inseridas em um tempo-espço que as contingenciam a determinadas condições de vida e de cuidado. Ambas, relações familiares e profissionais, estão sujeitas a distintos tempos de intervenção, recursos econômicos e políticos, espacialidades e territorialidades que as colocam em maior ou menor condições de vulnerabilidade, entre outros elementos. Assim, em muitos casos, é preciso acompanhar, às vezes insistir, às vezes acolher a família na sua impossibilidade de cuidar daquele sujeito naquele momento, ao mesmo tempo em que se busca estabelecer uma relação através da qual seja possível potencializá-la para o cuidado. Neste caso, existe uma tensão colocada em relação a quanto tempo é possível esperar, tendo-se em vista as necessidades da criança, e a quanto tempo é permitido (judicialmente) às equipes acompanhar e insistir com as famílias de origem (Rodrigues, Hennigen & Cruz, 2013). É difícil elencar critérios para este tipo de decisão, mas convidamos os profissionais a pensar sobre as questões macroestruturais que perfazem inúmeros obstáculos às possibilidades de reorganização de certas famílias e que interferem na nossa percepção de que levaria muito tempo para efetivar tais mudanças, como por exemplo, o desemprego estrutural e a fragilidade das políticas públicas.

Muitos elementos atravessam os discursos dessas mulheres diante da equipe e as também as representações e expectativas da equipe diante das famílias. Existe um conjunto de balizadores, como concepções morais sobre o papel da mulher, sobre a culpa ou vergonha pelo “abandono” da criança, sobre o que são “relações familiares” e sobre as famílias negras, que atravessam tanto as narrativas quanto a escuta. A fala da avó na cena 3 evidencia o julgamento sobre o papel da mulher em exercer a função materna, ao passo a função paterna não apareceu como exigência em relação ao próprio filho. Por isso, parece primordial propiciar às equipes espaços de discussão sobre essas expectativas e pré-concepções, bem como sobre suas origens e consequências, para que o trabalho com as famílias não se baseie em estereótipos de gênero e/ou classistas, que atualizam os processos de exclusão e deslegitimação a que estão submetidos essas famílias historicamente (Costa, 2017).

Outro ponto por nós levantado, diz respeito ao necessário mapeamento da ruptura dos vínculos familiares (b) para além do observado no ato da separação. Em alguns casos acompanhados pelo serviço, a rápida resignação das famílias diante da separação de seus filhos e/ou netos nos leva a questionar: em que momento se deu a ruptura daqueles laços? Foram nesses momentos de afastamento do convívio familiar ou os mesmos foram fissurados muito antes? Frequentemente, o encaminhamento de crianças e adolescentes para o acolhimento institucional é compreendido como o momento em que se dá a ruptura com a família. Todavia, estes casos, como tantos outros, nos levam a questionar essa premissa.

Na Política Nacional de Assistência Social, o vínculo familiar está presente como operador central, assim como a aposta em seu fortalecimento – o que aparenta, como consequência, a condição de vínculos fragilizados à priori ao trabalho exercido. Nessa direção, Rodrigues, Cruz e Guareschi (2013:15) ressaltam que “produzir questões sobre a racionalidade política implicada na constituição da assistência social como política pública pode ser um caminho investigativo que busca lançar focos de visibilidade à centralidade do vínculo”. Assim, vale problematizar as condições a partir das quais profissionais trabalhadores/as da assistência imprimem atuações

que, sustentando tal centralidade, podem colocar em ação certo mapeamento e diagnostificação das vidas, amparados em uma racionalidade política de escrutínio sobre as realidades vividas.

Cabe então nos atentarmos à necessária desnaturalização de uma certa racionalidade técnica que envolve o trabalho com a noção de centralidade do vínculo familiar, ampliando os debates e ações para a centralidade do vínculo (e da família) como mote para reflexões que possam desestabilizar reducionismos, hierarquizações e opressões historicamente situadas sobre alguns corpos. É preciso nos apropriarmos em uma perspectiva de performances dos vínculos, assumindo distintas formas, nuances e experimentações que compõem redes de práticas heterogêneas pelas quais esse objeto é performado (Rodrigues & Guareschi, 2017). Nas distintas performances vinculares que se dão no interior das famílias, na relação destas com os territórios e com o Estado, e na relação entre profissionais, instituições e usuários/as dos serviços, boa parte das vezes, o que podemos identificar ou nomear como ‘ruptura de vínculo’ se dá muito antes do que é visto e ouvido nas cenas relatadas neste texto (e que povoam o cotidiano das/os trabalhadoras/es da assistência). Para além, produz-se um plano de rupturas que se dão em diferentes níveis – afetivos, familiares, objetivos e subjetivos – assim como em diferentes instâncias – governamentais, institucionais, legislativa e simbólica – e que produzem as condições da suposta decisão da família (majoritariamente representada pela mulher mãe/avó/tia) em manter ou não aquele vínculo.

Extrapolando o que as cenas pretendem enfocar, mas trazendo para o debate reflexões que são transversais ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, é válido questionar sobre o trabalho anterior realizado pela rede de proteção social. Se essas famílias estavam sendo acompanhadas por outros dispositivos da rede, o acolhimento institucional foi apresentado como uma medida de proteção a essas famílias? Ou foi apresentado como uma punição para aquelas mulheres que não estavam desempenhando adequadamente suas funções maternas/de cuidado? O que alguns trabalhos apontam é que o acolhimento é colocado, em muitos casos, ora como forma de assustar as famílias, quando ainda se acredita que esta possa “melhorar”, ora como forma de puni-las, o que aparece associado à culpabilização e prescrição de condutas que a família deve buscar, sozinha, executar. Sozinha, neste caso, quer dizer na ausência de amparo por parte das políticas públicas (Rodrigues e cols., 2013).

A responsabilidade, isto é, “a culpa” da família está sempre em cena. Chamamos atenção para o fato de que, embora a culpabilização apareça quase como forma de trabalho, existem outras práticas que podem convidar as famílias ao exercício do cuidado que não se apoiem na acusação de sua falência, como se a família precisasse reconhecer seus “pecados” para, então, almejar mudanças. Partindo do pressuposto de que o Estado é responsável por prover as condições dignas de existência dessas famílias, conforme garantia constitucional, convidamos os profissionais a inverter a ótica de compreensão da problemática em questão e se perguntarem também pela posição do Estado na produção da desproteção social das famílias com as quais trabalhamos (Dimenstein, 2013; Rodrigues e cols., 2013).

Hipotetiza-se que essa desproteção, que também pode ser compreendida como atualização das dimensões do abandono, por parte do Estado, atravessa a relação que as famílias irão estabelecer com o acolhimento institucional (c). No desenrolar de sua vida, algumas famílias jamais foram alvo de intervenção do Estado no sentido protetivo, apesar de alvos quando da intenção de gestão e controle (Foucault, 2010). Boa parte das vezes, o que percebem à sua volta é a não existência de políticas públicas: falta de vagas nas creches, ausência de saneamento básico, falta de médico no “postinho” de saúde, etc. Em um dado momento, esse Estado,

indiferente e/ou ameaçador, intervém no contexto familiar retirando as crianças e/ou os adolescentes de seu convívio, muitas vezes sem a ciência dos responsáveis, sob a justificativa de que se trata de uma tentativa de protegê-los. A revolta e a desconfiança das famílias diante dos profissionais do acolhimento parecem a resposta mais esperada nessas circunstâncias e precisa ser vista e manejada compreensivamente.

Por fim, há que se considerar também que além de um perfil econômico bem demarcado, trabalhamos, majoritariamente, com famílias negras. O Estado que hoje, em parte, se propõe a proteger e cuidar dessas crianças e adolescentes é o mesmo que há poucos séculos, caçava-os nos matos, destruía seus quilombos, colonizava sua cultura. Será que esse passado, que se reatualiza a partir do próprio Estado em outras formas de violência e exclusão, interfere na relação dessas famílias com os profissionais da assistência social, que são braços deste mesmo Estado? Ou será que estes conseguem se diferenciar com nitidez de uma postura de “capitão do mato”, que se não adentra mais os matos à procura dos negros fujões, adentra os bairros à procura dos culpados pela negligência com a infância e adolescência? Até que ponto continuamos a reproduzir uma postura de superioridade em relação a essas famílias?

No que se refere ao trabalho realizado junto às famílias para a reintegração dos acolhidos, o trabalho se dá majoritariamente com mulheres negras: mães, irmãs, primas, tias e avós. Dificilmente trabalhamos com a parcela masculina da família, a qual, quando acompanha o trabalho, o faz de forma significativamente coadjuvante. Entram em cena, portanto, outros elementos históricos e estruturais importantes para compreender a situação de vulnerabilidade das famílias: a dimensão racial e de gênero. Tal dimensão interseccional convoca há algum tempo a formação em psicologia para um debate de revisão teórico-conceitual que supere práticas elitizadas e individualistas e integre práticas antirracistas e anti-patriarcais em seus debates (Ferreira, 2016). Não é por acaso que as famílias mais vulnerabilizadas no atual sistema econômico sejam as famílias negras e tampouco é um acaso o fato de serem as mulheres os “arrimos” de família e aquelas que assumem a guarda dos acolhidos quando acontece o retorno para a família de origem ou extensa.

Na cena 3, onde pretende-se focar a fala da avó paterna, fica explicitada uma tendência no trabalho com as famílias: o julgamento costuma pesar para o lado da mãe e ser bastante leve para o lado dos pais. Assim, o recorte de cena chama a atenção para outro aspecto do trabalho com as famílias que em meio aos trâmites cotidianos, pode permanecer invisibilizado: a naturalização da ausência paterna. Tal concepção se alia a uma lógica patriarcal que engendra relações de poder em um sistema de dominação e hierarquização, produzindo, portanto, práticas e sentidos que sustentam dinâmicas de desigualdade sobre as performances do feminino (Biroli, 2018).

No cotidiano da assistência social, práticas históricas destinam-se majoritariamente a corpos situados em posições de mulher/mãe/dona-de-casa, como ressalta Duque-Azarrola (2010), reproduzindo um lugar hierarquizado - e, conseqüentemente, sobre o qual recaem os discursos de culpabilização - entre construções de maternidade e paternidade nas próprias políticas públicas e em seus modos de operação em práticas profissionais. Não é por acaso que trabalhamos com as mulheres dessas famílias, as quais, em muitos casos, estão desempenhando a função de educar os filhos e manter a casa sozinhas. Quando questionamos a respeito da participação dos pais no cuidado com os filhos, as respostas mais comuns são: “ah, ele me ajuda de vez em quando”; ou “ih, aquele lá, não tá nem aí pra nada”.

Naturalizamos, portanto, o cuidado como uma função vinculada ao feminino, em diferentes níveis, criando condições de reprodução do lugar “doméstico” em relação de subalternidade às dimensões do trabalho (Biroli, 2018). Por isso, corremos o risco de, inadvertidamente, convocar apenas as mães para estarem conosco durante o processo de acolhimento dos filhos, operando como dispositivo de gestão das famílias a ideia de matricialidades sócio-familiar. Além disso, inspiradas/os em estudos interseccionais, é necessário que ativemos em nossas práticas as condições de afirmação das intersecções entre gênero, raça, classe, território, entre outros marcadores, na condução minuciosa das ações e de nossas lentes de leitura das demandas. Como destaca Davis (2016), é preciso complexificar as análises sobre a realidade da população, especialmente quando nos tornamos possíveis operadoras/es de relações historicamente opressoras, violentas, racistas e sexistas no bojo de ações que supostamente atuariam para alguma proteção social.

Considerações Finais

As reflexões aqui apresentadas caracterizam-se e posicionam-se como uma aposta na relação cotidiana de materialização da proteção social e do cuidado. Aposta essa, marcada por questionamentos macro e micropolíticos sobre nosso saber/fazer enquanto psicólogas, e corporificada nos desafios de proposição de alguma transformação possível no âmbito de nossas práticas. Contudo, tais posicionamentos não se fazem sem uma profunda revisão de atravessamentos teóricos e metodológicos que foram erigidos a partir de modelos brancos, elitizados, colonizados, patriarcais e inseridos na lógica do capital. Como destaca Dimenstein (2013:10), é preciso que nos desloquemos da “fascinação pela proteção que as políticas públicas prometem, aliar-se ao que não empobrece a capacidade de ação, desconfiar dos fundamentos que prometem estabilidade e uniformidade”, para que assim possamos duvidar das linhas endurecidas que compõem as formas de trabalho hegemônicas, homogeneizantes e, por vezes, silenciadora das diferenças, nos trabalhos da Psicologia.

Neste sentido, os pontos levantados neste artigo objetivam provocar as psicólogas e os psicólogos a desconfiar do discurso moral e psicologizante sobre a pobreza e da promessa de proteção e direitos proferida pelas políticas públicas. Objetivam também chamar atenção para a existência de múltiplas determinações e fluxos invisíveis que conformam a maneira como cada família vai se relacionar com o acolhimento institucional. Extrapolando as reflexões que as cenas descritas amparam, mas ancorada na experiência de uma das autoras, destaca-se uma dessas determinações invisibilizadas: a relação que a família estabeleceu anteriormente com outros dispositivos da rede socioassistencial e do sistema de garantia de direitos. A forma como essas famílias foram compreendidas e atendidas por esta rede anteriormente ao acolhimento, bem como a forma como o acolhimento institucional foi apresentado, certamente rebatem na relação que essas famílias poderão estabelecer conosco, profissionais dos serviços de acolhimento. Em um plano histórico, destacamos a existência de dimensões invisibilizadas, como as dimensões de

raça e gênero. Em consonância com Costa (2017), compreendemos que a raça é uma dimensão central na constituição das identidades e que sua negação contribui fortemente para a perpetuação da hierarquia racial que ainda estrutura as relações sociais no Brasil. Além da demarcação racial, existe ainda uma demarcação de gênero no público com o qual trabalhamos. Lidamos cotidianamente com mulheres negras (mães, avós, tias), o que exige de nós uma análise interseccional da produção dessas subjetividades, bem como da busca por referenciais teórico orientados ao questionamento e à superação das relações de exploração e das opressões racial e de gênero.

Por fim, consideramos necessário desconfiar da própria Psicologia em seus enrijecimentos, ou como destaca Dimenstein (2013:10) em seus “regimes de simplificação das formas de viver”, das traduções essencialistas ou naturalizantes das diferenças. Questionar aportes teóricos hegemônicos que se afastam dos problemas enfrentados pela população com a qual trabalhamos e sobre seu sofrimento (Martín-Baró, 1983). Nesse sentido, a aposta se faz na afirmação da produção de outras práticas possíveis, que nasçam justamente a partir da brecha gerada pela ruptura ou dúvida em relação aos processos enrijecidos do ouvir, acolher, vincular, atender, cuidar e proteger. Que se façam justamente na relação e no encontro com o outro e a partir do outro, compondo um corpo de trabalho que sustente a proteção das vidas, para além de uma racionalidade política normatizadora.

Referências Bibliográficas

- Alier, J-Martinez. (1992). El ecologismo de los pobres. *Revista Wani*, 125, 2-42.
- Antonio Junior, Mário Miranda (2020). “Questão Social”, Autoritarismo e Pensamento Político e Social Brasileiro. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 10(2), 310-326. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v10p310-326>
- Archela, Rosely S. & Théry, Hervé. (2008). Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. *Confins*, 3. Acessado em 24 de janeiro de 2021, de: <https://doi.org/10.4000/confins.3483>
- Alves, Cândida Beatriz, & Delmondez, Polianne. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661.
- Batista, Neuza Cristina Santos, Bernardes, Jefferson, & Menegon, Vera Sônia Mincoff. (2014). Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: Spink Mary Jane, Brigagão Jacqueline, Nascimento Vanda, Cordeiro Mariana organizadores. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 98-123.
- Biroli, Flávia. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial.
- Brasil. [Constituição (2016)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Acessado em 24 de janeiro de 2021, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990: Presidência da República. Acessado em 29 de junho de 2021, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil (2009). *Lei nº12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Acessado em 29 de junho de 2021, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm
- Butler, Judith. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carretero, Gustavo H. (2021). Particularidades Históricas e Sociais do Entrelaçamento Entre Capitalismo, Questão Social e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 11(1), 81-97. Acessado em 02 de junho de 2022, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v11p81-97Consel>
- ho Regional de Psicologia. (2020). *Orientações Técnicas para a atuação da psicóloga(o) no SUAS*. Conselho Regional de Psicologia da 16ª região: Vitória, ES: CRP 16.
- Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF.

- Cordeiro, Mariana Prioli, & Curado, Jacy Corrêa. (2018). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-11. Acessado em 29 de junho de 2021, de: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Costa, Gracyelle. (2017). Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, 20(38), 227-246.
- Costa, Pedro Henrique Antunes. (2020). A questão social na Psicologia social: uma revisão de literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-13. Acessado em 29 de junho de 2021, de: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209277>
- Dimenstein, Magda. (2013). Prefácio: Práticas psicológicas e políticas públicas – a vida que emerge na adversidade. In: Cruz, Lílian Rodrigues, Rodrigues, Luciana, & Guareschi, Neuza Maria de Fátima. (Orgs.). *Interlocuções entre a Psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Duque-Azarrola, Laura Susana. (2010). Sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: Mota, Ana Elizabete. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Ferreira, Gracyelle Costa. (2016). Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social–CRAS (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro–RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro).
- Ferro, Viviane de Sousa, Bittencourt, Alice Alvina Duarte, & Silva, Stefane Natália Ribeiro. (2018). As políticas sociais para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva: da fase caritativa à política de proteção integral. In: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social. *Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes: proteção integral e garantia de direitos*. Brasília, DF, 46-77.
- Foucault, Michel. (2010). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- Gómez-Ordoñez, L. H. (2013). Pobreza: representações e imaginários sociais. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 3(1), 3-17. Acessado em 29 de junho de 2021, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v3p3-17>
- Gonzalez, Léila. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Hollanda, Helóisa Buarque. (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do tempo, 237-256.
- Lugones, María. (2008). Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Helóisa Buarque. (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Ed. Bazar do tempo, 52-83.
- Marques, Camilla Fernandes, Roberto, Nathalia Leardini Bendas, Gonçalves, Hebe Signorini, & Bernardes, Anita Guazzelli. (2019). O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 6-18.
- Martín-Baró, Ignacio. (2017). Entre o indivíduo e a sociedade (1983). In: Mantín-Baró, Ignacio. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 101-161.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.
- Monte, Ana Caroline Freitas, & Forte, Silvia. (2020). A “questão social” como objeto de estudo do Serviço Social: suas refrações na política de assistência social e os desafios profissionais do

- assistente social. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 47902-47917. DOI: 10.34117/bjdv6n7436.
- Netto, José Paulo. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, 2(3): 41-49.
- Pavón-Cuéllar, David. (2017). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. *Revista Psicología Política*, 17(40), 589-607.
- Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Eduardo. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Colección SurSur, CLACSO, 107-130.
- Ribeiro, Maisa Elena, & Guzzo, Raquel Souza Lobo. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), 83-96.
- Rodrigues, Luciana, & Guareschi, Neuza Maria de Fátima. (2018). A performance do vínculo na Política de Assistência Social. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 70(1), 161-174.
- Rodrigues, Luciana, Hennigen, Inês, & Cruz, Lílian Rodrigues da. (2013). Da família ao acolhimento institucional: em cena (mais uma vez), a velha culpa familiar. In: Cruz, Lílian Rodrigues da, Rodrigues, Luciana, & Guareschi, Neuza Maria de Fátima. (Orgs.). *Interlocações entre a Psicologia e a política nacional de assistência social*. Edunisc, Santa Cruz do Sul, 2013, 200-209.
- Saldiva, P; Veras, M. (2018). Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. *Estudos Avançados*, 32 (92), 47-61.
- Sawaia, Bader. Burihan. (2009). Psicologia e realidade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, Bader Burihan. (2014). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Limitada.
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204. Acessado em 29 de junho de 2021, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v8p194-204>
- Tedesco, Silvia Helena; Sade, Christian, & Caliman, Luciana Vieira. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: revista de Psicologia*, 25(2), 299-322.
- Vigoya, Mara Viveros, (2016). La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, v. 52, UNAM, 1-17.
- Zamboni, Marcio. (2014). Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)*, São Paulo, 1, 14-18.
- Yazbek, Maria Carmelita. (2001). Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, 2(3), 33-40. Acessado em 29 de junho de 2021, de: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/838>

Recebido em 09/02/2022.

Revisado em 02/09/2022.

Aceito em 11/11/2022.